

PGR é sabotada com pedidos para investigar autoridades, diz Aras

Chefe da Ministério Público Federal afirma que representações são baseadas em notícias plantadas

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O procurador-geral Augusto Aras afirmou nesta sexta-feira (2) que a PGR (Procuradoria-Geral da República) passou a ser sabotada ao ser o destino de centenas de representações para que autoridades sejam investigadas.

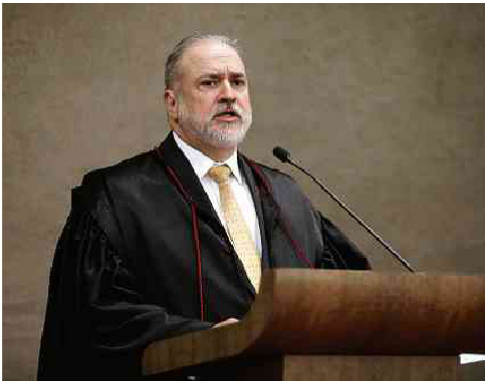
Sem citar o presidente Jair Bolsonaro (PL), principal alvo dos pedidos de apuração que chegam a ele, o chefe do Ministério Público Federal disse que os documentos são baseados em "meras notícias de jornais previamente plantadas".

"Esta Procuradoria passou a ser literalmente sabotada, e eu digo sabotada mesmo, com centenas e centenas de representações, notícias-crimes, baseadas em meras notícias de jornais previamente plantadas", afirmou.

Para ele, são dirigidas à PGR representações fantasiosas, desprovidas de suporte probatório e fundamentação legal.

As declarações fazem parte de um vídeo publicado no canal do PGR no YouTube. A gravação reúne comentários feitos em três ocasiões, nos dias 11 de julho, 9 e 19 de agosto.

"Isso é uma sabotagem ao nosso trabalho porque cada



O procurador-geral da República, Augusto Aras, que vê a Procuradoria sabotada

Antônio Augusto - 16.ago.22 / Secom / TSE

representação que chega a esta instituição é levada a análise de um servidor que faz uma triagem acerca da idoneidade da autoria, do conteúdo, das provas. Ela é levada depois a um procurador da República e, depois, ao PGR."

E acrescentou ainda: "Tudo isso é perda de tempo, perda de dinheiro público. Tudo isso é parte de uma estratégia para que esse procurador continue investigando as verdadeiras organizações criminosas

que existem neste país."

Aras afirmou que tem sido comum a fishing expedition, prática de perseguição penal especulativa, e que essa prática era "muito comum há algum tempo", em referência à Operação Lava Jato, mas que persiste em espaços públicos.

"[Prática] Do indivíduo não gostar de você e inferir, num ato que possa ter várias interpretações, a pior de todas, a que possa ver um ato ilícito, algum crime, alguma coisa."

Ao agirem assim, disse o PGR, as pessoas cometem um desserviço e incorrem em crimes, inclusive de abuso de autoridade e contra a administração da Justiça.

"Não posso admitir fishing expedition porque, se eu fizer isso, o Estado e seus agentes que dispõem de tecnologias, de armas e outros equipamentos poderão estar, em vez de proteger, perseguindo o cidadão."

Na quarta (31), a vice-procuradora-geral da República, Lindora Araújo, enviou ao ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal, manifestação para que rejeite um pedido apresentado por opositores de Bolsonaro no Senado.

Adversários de Bolsonaro pediram a Moraes retirada do sigilo de possíveis diálogos entre Aras e os empresários investigados por suspeita de atos antidemocráticos no 7 de Setembro. O PGR é amigo de um deles, Meyer Joseph Nigri.

Lindora disse que os congressistas não têm legitimidade para fazer o pedido, recorrem a fishing expedition, e promovem exploração eleitoral e midiática do caso.

A intenção dos parlamentares, diz, "é se valer de conjecturas e ilações para iniciarem e conduzirem frentes investigatórias com espetacularização".

Aras defendeu ainda sua gestão e, principalmente, a atuação em investigações contra autoridades das diferentes esferas da administração pública com foro no Supremo e no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

"Não atuamos com escandalização de operações, de processos. Enquanto nós investigamos, nós temos o dever de não fazer condenações açodadas, temerárias. Após o oferecimento da denúncia, que é a ação penal, aí, sim, tudo é público", disse.

Segurança do STF no 7/9 tem bloqueios e veto a caminhões

BRASÍLIA Alvo de ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL), o STF (Supremo Tribunal Federal) terá segurança reforçada para os eventos do 7 de Setembro, quando são esperados atos de tor golpista incentivados pelo mandatário.

Para os prédios e o entorno do STF, a previsão é de que na quarta (7) haja efetivo maior do que em 2021. Os números a respeito desse efetivo, porém, têm ficado sob sigilo.

Além de agentes da Polícia Judicial do Supremo, haverá proteção da área por servidores de outros tribunais, como STJ (Superior Tribunal de Justiça), TRT (Tribunal Regional do Trabalho), TRF (Tribunal Regional Federal) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Eles poderão, se habilitados, usar qualquer tipo de arma, desde equipamentos não letais (como spray de pimen-

ta e arma de choque) até pistolas e armas longas.

A Polícia Militar também deixará um grupo da tropa de choque ao lado do STF, e funcionários terceirizados da segurança da corte suprema.

A segurança da região da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes tem sido avaliada em conjunto por equipes do Supremo, do Congresso e da Secretaria de Segurança Pública do DF.

As vias serão fechadas a partir da segunda-feira (5). Caminhões ficarão proibidos em todo o Plano Piloto de Brasília, exceto se comprovarem que estão em serviço.

Já carros de som poderão entrar na Esplanada dos Ministérios, mas ficarão isolados das sedes dos Poderes -terão que parar antes do Itamaraty. Manifestantes também não poderão passar desse perímetro.

CNJ proíbe publicações de juízes contra sistema eleitoral na rede

BRASÍLIA O corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, assinou regra nesta sexta (2) proibindo juízes de publicarem nas redes sociais manifestações contra o sistema eleitoral brasileiro.

Ficaram vedadas a eles "manifestações públicas, especialmente em redes sociais ou na mídia" que contribuam para o "ou que gerem infundada desconfiança social acerca da Justiça, segurança e transparência das eleições".

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) também determi-

nou que os juízes ajustem até 20 de setembro as suas redes sociais e outros registros pessoais ou profissionais.

A regra impede que o juiz faça a "associação de sua imagem pessoal ou profissional" a pessoas públicas, empresas, organizações e qualquer canal de comunicação que atue pela "deterioração da credibilidade dos sistemas judicial e eleitoral brasileiro" ou que "fomentem a desconfiança social acerca da Justiça, segurança e transparência das eleições". Mateus Vargas



SÉRIE

CONFIRMA

BALADA



ALGUMAS ESCOLHAS SÃO TRIVIAIS. OUTRAS, DE MUITA RESPONSABILIDADE.

ANTES DE CONFIRMAR SEU VOTO, CONFIRME SUA ASSINATURA E FIQUE BEM INFORMADO.

ASSINE A FOLHA POR R\$ **1,90** NO 1º MÊS + R\$9,90/MÊS POR 6 MESES



FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.